

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O realismo que falta à gestão econômica

Depois de meses de muita retórica, em que ministros e o próprio presidente José Sarney se jactavam de que o Brasil prescindiria do Fundo Monetário Internacional e acertaria com os bancos credores um acordo direto em bases muito melhores do que havíamos conseguido até a gestão do ministro Delfim Neto, as autoridades brasileiras enfim descobriram que a realidade é um pouco diferente de suas fantasias. Talvez essa lição possa levar nossas autoridades a uma posição mais realista na execução da política econômica, o que facilitaria a execução de um acordo com os credores que permita ao País trabalhar sem sustos.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, após tensas reuniões com os bancos credores, mediadas pelo Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, antes de embarcar para o Brasil teve a humildade de reconhecer que nada está acertado ainda, um comportamento totalmente diferente das demonstrações de vitória e otimismo que os ministros brasileiros e seus assessores exibiram lá fora e aqui até a última sexta-feira, quando chegaram a anunciar a conquista de uma redução no spread e em outras taxas extras que o Brasil vem pagando.

De acordo com o relato de nosso correspondente nos Estados Unidos, A. M. Pimenta Neves, o que Bracher conseguiu foi apenas um princípio de entendimento com os bancos credores, não um acordo. Esse entendimento foi firmado ad referendum dos acionistas dos 700 bancos que têm créditos com o Brasil e deverá ser confirmado nos próximos dois meses, até o dia 15 de março.

O governo brasileiro, que chegou a pensar numa ambiciosa renegociação plurianual do principal da dívida e prorrogação dos créditos de curto prazo, com a redução do spread e outras taxas (mais ou menos o que Delfim Neto, Ernane Galvão e Afonso Celso Pastore já haviam acertado desde o final de 1984, mas que a Nova República quis mudar no que diz respeito à participação do FMI), saiu apenas com o mínimo necessário para não entrar numa crise cambial que certamente desembocaria num default com conseqüências desastrosas para todo o sistema financeiro mundial. Eis o que obteve:

1º) o principal da dívida vencido em 1985 foi reescalonado num prazo de sete anos, com cinco de carência. Ou seja: o Brasil terá de pagar tudo — cerca de oito bilhões de dólares — em apenas dois anos.

2º) as linhas de curto prazo — os créditos comerciais e os depósitos interbancários nas agências dos bancos brasileiros no Exterior — ficam mantidas até março de 1987. Os contratos vencidos na sexta-feira foram prorrogados por 60 dias — até 15 de março —, prazo necessário para que os 700 bancos envolvidos na história sejam consultados e novos contratos sejam confeccionados.

3º) a parte do principal que vence em 1986 — cerca de 12,8 bilhões de dólares — deverá ser depositada no Banco Central, em cruzeiros, pelos tomadores finais dos empréstimos. Na prática, os credores deixam de cobrar os vencimentos nas datas previstas, sem, no entanto, se comprometer com nenhum reescalonamento de longo prazo.

Além disso, o ministro Dilson Funaro, contrariando sua retórica e a do presidente José Sarney, foi obrigado a participar ativamente dos últimos lances dos entendimentos em Nova York e Washington e, por telefone, assegurou a Paul Volcker, do Federal Reserve, e a Jacques de Larosière, diretor-gerente do Fundo, que o FMI será admitido de qualquer maneira nas negociações. O governo brasileiro prometeu também a seus credores uma solução satisfatória para a questão dos empréstimos tomados pelo Comind, pelo Auxiliar e pelo Maison-nave, com base na Resolução 63 do Banco Central.

Se analisarmos esses dados sem nenhum ufanismo, podemos perceber que o governo brasileiro, em que pese o excelente comportamento da balança comercial do País no ano passado, acaba de receber um claro sinal de desconfiança e reprovação da comunidade financeira internacional. O mesmo grau de desconfiança que existe aqui dentro em relação à política econômica do governo Sarney existe lá fora.

Na frente interna, apesar da explosão da demanda, que continua aquecida mesmo passada a previsível febre de compras do final do ano; apesar de as indústrias já terem preenchido praticamente toda sua capacidade ociosa; e apesar da pressão dos consumidores por mais produtos, não há indicações de que os investimentos tenham sido retomados no ritmo necessário para manter o crescimento em níveis razoáveis e seguros. Como o governo não tem um plano econômico consistente de longo prazo, os agentes econômicos preferem não se arriscar. Todos, como autodefesa, contemplam apenas o dia-a-dia, esperando uma política econômica mais definida, diferente do velho expediente tão usado pela Velha República de ir empurrando os problemas com a barriga e apagando os focos de incêndio aqui e ali, na mais pura improvisação.

Um dos últimos lances da nova política emergencial já está mostrando sua inconsistência e obrigando as autoridades a urgentes reformulações das propostas contidas no último pacote econômico. Enquanto tudo o que era temido e indesejável naquele pacote já está acontecendo, com inflação em alta, puxando todos os outros desarranjos, a única coisa ansiosamente desejada pelo governo praticamente já fracassou: os juros no mercado interno não caíram; ao contrário, subiram muito e só foram contidos na última semana, quando o governo reduziu o depósito compulsório dos depósitos a prazo dos bancos comerciais. É evidente que com essas suas negações e seus malogros, concretamente sentidos nas taxas de juros e na inflação, o governo brasileiro só estimula a desconfiança da sociedade, que já atinge grau elevadíssimo. Como esperar que os interlocutores externos do País, que dependem do bom senso da política econômica do governo para que os negócios acertados com o Brasil funcionem normalmente, tenham uma opinião diferente da que os brasileiros têm? Se não existe um plano econômico de longo prazo consistente, os credores não têm como escalar nossa dívida a longo prazo. Ficamos então nesses remendos de curta duração.

O que o FMI fez nesses dias, mesmo assim arrancada a duras penas pelas autoridades brasileiras, foi uma avaliação oficiosa — e não muito positiva — da política econômica do governo. Segundo de Larosière, o programa econômico apresentado por Funaro e companhia é um enunciado de boas intenções, de cuja realização ele tem dúvidas, iguais ou maiores do que as de todos os agentes econômicos internos. O FMI e os bancos credores não poderiam, porém, agir de outra maneira, sob pena de gerar uma crise cambial que não interessa a ninguém.

Todas essas dificuldades que estamos enfrentando — até mesmo com custos financeiros concretos, pois há mais de um ano poderíamos estar pagando spreads muito menores, de 2,125% para 1,125%, redução que já havia sido conseguida pela dupla Delfim/Pastore — são fruto da teimosa insistência do presidente José Sarney de não submeter o Brasil "ao figurino do FMI", que prejudicaria o crescimento de 6% do PIB que ele sonha assegurar. Acontece que o enquadramento do Brasil em um repositório idêntico ao do Fundo — com diferenças de ênfase e velocidade adequadas à realidade do País — não é uma questão de interesse somente da comunidade financeira internacional, mas principalmente de interesse de toda a sociedade brasileira, cansada de pagar um imposto inflacionário pelo desarranjo das contas públi-

cas. Este enquadramento, não temos dúvida, é apenas uma questão de tempo. Mais cedo ou mais tarde o governo brasileiro vai precisar tomar juízo e receitar para ele e suas empresas uma política de austeridade realmente séria e não apenas dessas que ele põe no papel. Quanto mais esta decisão demorar, pior para o Brasil, visto que terá um desempenho pior a apresentar, com a inflação mais alta, as reservas cambiais menores e a sociedade em ebulição. Enfim, perderá todos os seus trunfos, incluindo a credibilidade política duramente angariada pelo presidente Tancredo Neves. Quanto mais demorar para agir na direção correta, mais o governo Sarney estará empurrando o País para uma solução do tipo da adotada pela Argentina, que todos sabemos que é uma solução traumática, violenta e deixa muitas vítimas fatais pelo caminho.